Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB)

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos da Educação, localizada no Núcleo Administrativo Municipal (NAM) – Bloco 3, realizou-se a reunião extraordinária do CACS-FUNDEB, com a presença dos conselheiros: Adriane Eloisa Cavamura, Andreia da Conceição da Silva, Daniela Aparecida da Silva Sales, Franciane Arnold de Figueiredo, Janaína de Cássia Roberto Gomes, João Batista de Barros Miranda, Pamela Aparecida Cassão, Raquel Ribeiro e Wallace da Silva Buccioli. Com a seguinte pauta: 1 – Notificação Extrajudicial da SME ao CACS FUNDEB; 2 – SIOPE 6º Bimestre 2025, 3 – Ofícios expedidos e recebidos. O Presidente Wallace Buccioli iniciou a reunião invertendo os pontos de pauta informando sobre o Ofício SME nº 118/2026 de 26/05/2026, referente à validação do SIOPE, que já havia sido encaminhado ao grupo de WhatsApp para conhecimento dos conselheiros, não havendo necessidade de sua leitura durante a reunião. Na sequência, foi apresentado o Ofício SMF nº 184/2026, também de 26/05/2026, que trata das contas bancárias e transferência financeira do Fundeb. O documento foi lido na íntegra, sendo informado que relatórios comprobatórios foram encaminhados juntamente com o documento para análise dos conselheiros. Constatou-se que a transferência bancaria no valor de R$ 6.400.000,00 para a conta de denominação "ENSINO 2024" do banco Santander foi para pagamento de parte dos encargos da folha de pagamento da Educação. O presidente pontuou que o texto do documento deixa claro que somente agora a Administração Pública estava enviando para a Câmara Municipal lei de criação no orçamento para as despesas do FUNDEB. Na pauta dos ofícios expedidos, foi realizada a leitura do Ofício nº 20/2026, que trata do Requerimento da Câmara Municipal nº 729/2026, referente às gravações das reuniões realizadas nos dias 17 e 31 de março de 2026. O documento informa que foi deliberado que o conteúdo possui caráter sigiloso, cabendo ao Chefe do Poder Executivo autorizar ou não o acesso às gravações solicitadas. Também foi lido o Ofício nº 21/2026, resposta ao Ofício nº 42, por meio do qual a Vereadora Tiemi solicitou informações detalhadas sobre a folha de pagamento do FUNDEB. O documento esclarece que os dados requeridos estão disponíveis para consulta no sistema oficial FNDE/SIOPE e que demais solicitações já foram respondidas. Passando para a pauta referente à notificação extrajudicial e ao SIOPE 6º bimestre de 2025, Wallace informou que ele, Franciane e Janaina se reuniram nos dias 2 e 3 de junho para conferência dos novos relatórios de servidores remunerados com o Fundo declarados no sistema SIOPE-MAVS em comparação aos relatórios do setor de RH/SME, não identificando servidores fora da Educação. Foram fiscalizados 1.548 nomes de um total de 2.946. Pontuou-se que nesses novos relatórios consta o pessoal que trabalha diretamente na SME e por fim foi encontrado um total de 276 professores eventuais. Entretanto, Wallace explicou que não seria possível aprovar essa declaração do SIOPE devido à presença dos professores eventuais, pois já o SIOPE 1º bimestre já havia sido reprovado por esse apontamento. Franciane informou que buscou esclarecimentos com Fernanda Fontes, especialista em FUNDEB, a qual explicou que o pagamento com recursos do FUNDEB exige a existência de vínculo contratual, não sendo aplicável a profissionais de forma eventual. Segundo Franciane, essa situação envolve principalmente os professores auxiliares da rede, que são professores eventuais. Janaína observou que as funções estão sendo

deturpadas, uma vez que professores auxiliares estariam exercendo atividades de monitoria enquanto recebem como professores. Contudo, ressaltou que a discussão principal não é sobre a função exercida, mas sim sobre a ausência de contrato formal. Wallace realizou a leitura da legislação referente ao conceito de efetivo exercício, segundo a Lei Federal nº 14.113/2020. A ouvinte e também vereadora Tiemi Nevoeiro questionou o número de professores eventuais atualmente em atividade, sendo informada que não há um quantitativo exato devido à constante variação da frequência desses profissionais. Pamela apresentou esclarecimentos sobre duas situações distintas envolvendo professores eventuais: aqueles convocados para substituir docentes em ausências pontuais e os professores auxiliares que atuam diariamente nas unidades escolares com alunos do público alvo de AEE. Adriane acrescentou que os professores auxiliares permanecem em sala de aula acompanhando alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Janaína complementou informando que alguns professores auxiliares também estariam sendo direcionados para desempenhar funções de agentes educacionais. Raquel destacou que os professores auxiliares acompanham alunos do AEE, a conselheira suplente entende que não seria adequado custear esses profissionais com recursos do FUNDEB por não possuírem vínculo formal. Por outro lado, observou que existem professores eventuais que atuam diretamente em sala de aula, elaboram atividades e desempenham todas as funções docentes, apesar de receberem apenas por diária e sem direito ao Descanso Semanal Remunerado (DSR). Após os esclarecimentos, Wallace reforçou que a discussão central era a aprovação ou não do SIOPE diante da presença de profissionais eventuais nos relatórios, destacando que a folha de pagamento desses profissionais é separada da folha dos servidores efetivos e contratados. Foi colocado o assunto em votação, sendo o SIOPE reprovado pela maioria dos conselheiros, apenas se abstiveram de votar as conselheiras Adriane, Pamela e Andreia. Na sequência, Wallace informou que, na última reunião, esqueceu de apresentar a resposta do ofício nº 03/2026 referente ao descongelamento salarial do período de pandemia. Foi então lida a resposta recebida, na qual consta que o processo encontra-se sob análise técnica da Procuradoria do Município em conjunto com a Administração. Pamela solicitou que os assuntos da reunião permanecessem focados na pauta já prevista, especialmente aquelas discutidas na reunião extraordinária. Em seguida, passou-se à pauta da notificação extrajudicial. Wallace informou que elaborou um ofício em resposta à referida notificação. Janaína manifestou seu posicionamento contrário à forma como a situação ocorreu e defendeu que o Conselho emitisse uma nota pública para prestar esclarecimentos e garantir transparência à população e aos profissionais da educação. Franciane mencionou entrevista concedida pela Secretária de Educação a jornal local, na qual foi informado que o caso já havia sido comunicado ao FUNDEB. Ela afirmou perceber essa situação como uma forma de intimidação e relembrou que o Conselho possui, por força legal, direito a estrutura para fiscalização, incluindo veículo e motorista, o que nunca foi disponibilizado. Adriane declarou não interpretar a notificação como coação, entendendo que seu objetivo seria solucionar a pendência e agilizar a análise do processo. Raquel, por sua vez, destacou a redação da última frase da notificação, afirmando perceber um tom intimidador no documento. Janaína também relatou ter se sentido pressionada diante da exigência de aprovação em prazo determinado, além da forma como a notificação foi entregue. Wallace compartilhou da mesma percepção, afirmando que já havia dialogado anteriormente com a Supervisora do setor de compras da SME, Sra. Michele, explicando os motivos da reprovação do SIOPE 6º bimestre de 2025, e que a notificação foi recebida poucos

dias depois. Segundo ele, todos os conselheiros estão empenhados em cumprir suas atribuições, tornando a medida injusta e desnecessária. Pamela ressaltou que a notificação transmite a impressão de que o Conselho estaria sendo negligente ou agindo com má vontade, o que não corresponde à realidade. Destacou que os conselheiros desempenham suas funções com dedicação, mesmo diante da falta de membros e de recursos adequados para o exercício das atividades. Raquel acrescentou que muitas vezes os conselheiros são vistos como defensores da gestão municipal e sugeriu a realização de reunião com a especialista Fernanda Fontes para esclarecimentos técnicos adicionais. Franciane relatou que também tem sofrido pressão de pessoas externas ao Conselho, inclusive no ambiente escolar onde trabalha. Ainda sugeriu a inclusão de uma pauta sobre o FUNDEB no Simpósio da Educação, proposta que Pamela considerou inadequada para o momento atual, pois esclareceu que o conselho necessita de um encontro/evento próprio e não necessariamente vinculado às ações da SME (no caso do Simpósio). A Vereadora Tiemi sugeriu a produção de um vídeo explicativo para esclarecer à população a função do Conselho do FUNDEB. Pamela concordou com a necessidade de esclarecimento público, mas considerou mais adequado divulgar uma nota oficial por meio do Portal da Educação, garantindo acesso amplo à população. Retomando a questão da notificação extrajudicial, Franciane questionou quais providências poderiam ser adotadas. Wallace informou que já elaborou uma resposta institucional em nome do Conselho, sugerindo que não seria necessário que cada conselheiro apresente uma resposta individual, mas se assim quisessem, não haveria nenhum problema. Ressaltou ainda que o Conselho vem desempenhando seu trabalho regularmente, porém muitos questionamentos encaminhados permanecem sem resposta. Por fim, Janaina propôs o encaminhamento de representação ao Ministério Público relatando todos os acontecimentos ocorridos desde o final de 2025 até o presente momento, incluindo os fatos relacionados à notificação extrajudicial. A proposta foi colocada em votação, registrando-se as abstenções de Adriane, Pamela e Andreia (suplente), enquanto os demais conselheiros votaram favoravelmente ao envio da representação. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a reunião e eu, Flavia de Azevedo Penteado, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos conselheiros.

Flavia A. Penteado, Wallace S. Bucaioli, Franciane Arnoldi de Siqueira,

LISTA DE PRESENÇA- CACS-FUNDEB
DATA: 09/06/2026

NOME/REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:	----------
TITULAR: PAMELA APARECIDA CASSÃO	
SUPLENTE: CARLA ANDREA BRANDE	
DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:	----------
TITULAR: JOÃO BATISTA DE BARROS MIRANDA	
SUPLENTE:	
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO:	----------
TITULAR: JANAÍNA DE CÁSSIA ROBERTO	
SUPENTE: MARIA PAULA DE SOUZA ESTEVES SALASSA	
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:	----------
TITULAR: FRANCIANE ARNOLD DE FIGUEIREDO	Franciane Arnold de Figueiredo
SUPLENTE: MARCIA MARIA CALDEIRÃO	
PAIS DE ALUNOS-REDE MUNICIPAL	----------
TITULAR: ÉRICA COSTA DÓRIA	
SUPLENTE: DAVID RODOLFO DOS SANTOS	
TITULAR: NATHALIE MADEIRA	
SUPLENTE:	
ESTUDANTES:	----------
TITULAR: PATRÍCIA DE SOUZA NUNES DA SILVA	
SUPLENTE: MARIA ELIZABETE MARTINS DE SOUZA	
TITULAR: FRANCISCA TENÓRIO NETA	
SUPLENTE: MARIA ARLENE DOS SANTOS PAULINO	
CONSELHO TUTELAR:	----------
TITULAR: DANIELA APARECIDA DA SILVA SALES	Daniela Apa. da Silva Sales
SUPLENTE: BRUNA PACHECO DOS SANTOS FERMINO	
COMERC:	----------
TITULAR: WALLACE DA SILVA BUCCIOLI	Wallace S. Buccioli
SUPLENTE: RAQUEL RIBEIRO	
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	----------
TITULAR: ADRIANE ELOISA CAVAMURA	
SUPLENTE: ANDREIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	Andreia da C. Silva